

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCEs da UNICAMP e USP

Começa a data-base 2012!

De 5 a 16 de março, participe da primeira rodada de assembleias para discutir a Pauta Unificada

Reunidas no dia 24 de fevereiro, as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram uma pré-pauta de reivindicações para a data-base 2012. A pré-pauta traz os indicativos para orientar o debate nas assembleias que devem ser realizadas entre os dias 5 e 16 de março. As propostas discutidas nas assembleias serão levadas a uma nova reunião do Fórum, marcada para o dia 20 de março. Ao lado, acompanhe as próximas atividades agendadas.

Atenção para o calendário

- De 5 a 16 de março, primeira rodada de assembleias para discutir a pré-pauta.
 - 20/3: Nova reunião do F6, às 9h, na sede da Adusp.
 - De 21 a 30/3: Segunda rodada de assembleias.
 - 2/4: Reunião do F6, às 9h, na sede da Adusp.
- De 9 a 13/4: Data limite para entrega da pauta ao Cruesp

Pré-Pauta Unificada de Reivindicações 2012

O Fórum das Seis, reafirmando sua posição

- pela defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, conforme o artigo 207 da Constituição Federal;
- pelo aumento de recursos financeiros do Estado destinados à educação pública básica e superior, garantindo as condições para a expansão com qualidade;
- pela democratização da universidade em seu acesso, produção do conhecimento e seus órgãos de decisão;
- contrária à repressão aos estudantes, funcionários e professores que lutam em defesa da educação;
- pela defesa da isonomia e paridade entre aposentados e pessoal da ativa das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza;
- contrária ao uso de cursos à distância na formação inicial e pela ampliação de vagas presenciais;
- contrária à terceirização e pela defesa da contratação somente por concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes, em regime autárquico;

Apresenta suas reivindicações para a data-base de 2012:

Salário

Tendo por objetivo atingir como piso salarial, para todos os que trabalham nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, aquele definido pelo Dieese, e caminhar em direção a uma recuperação salarial aos níveis daqueles praticados em 1989, reivindicamos:

a1) Reposição de 11% para docentes e funcionários técnico-administrativos das três universidades (correspondentes à inflação do período maio/2011 a abril/2012 + aproximada-

mente 4% para recuperar parte das perdas históricas).

a2) Equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza.

a3) Equiparação entre os valores pagos a título de auxílio-alimentação na USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps, bem como a sua incorporação aos salários.

b) Recomposição das perdas salariais dos servidores e docentes do Centro Paula Souza, de acordo com índices do Cruesp do período de 1996 a 2011.

Permanência estudantil/gratuidade ativa

1 - Dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Centro Paula Souza, visando:

- a) Moradia estudantil para atender a demanda em todos os campi.
- b) Restaurantes universitários em todos os campi.
- c) Concessão de bolsas de estudo com adoção do critério puramente socioeconômico, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no Estado de SP.
- d) Conversão das bolsas trabalho ou similares em bolsas de estudos.

2 - Participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil, por meio de órgãos paritários e deliberativos.

Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos

1 - Revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra ativistas e entidades representativas do movimento sindical e estudantil, que lutam em defesa da universidade pública:

- a) Reintegração do sindicalista Claudionor Brandão, na USP
- b) Revogação da expulsão de estudantes na USP, em 2011, devido à participação no movimento estudantil.
- c) Revogação da punição a estudantes na Unicamp, suspensos em 2011 por conta da luta pela moradia estudantil.

2 - Liberdade de organização, garantia do direito de greve e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

Condições de trabalho e estudo

- Garantia de vagas em creches para os filhos dos funcionários técnico-administrativos, docentes e estudantes, em todos os campi.
- Dotação de centros de atendimento médico e odontológico gratuito à comunidade em todos os campi, a exemplo do Cecom da Unicamp.

Financiamento

- a) Atuação conjunta do Cruesp com o Fórum das Seis:
 - Na luta na LDO por 33% da receita total de impostos para a educação, 11,6% da quota-parte do Estado no ICMS para as

universidades estaduais e 2,1% para o Centro Paula Souza.

- Junto aos poderes Executivo e Legislativo do Estado de SP, com vistas à promulgação de lei estadual complementar, destinando um percentual da receita de impostos às Universidades Públicas Paulistas e ao Centro Paula Souza. Tal percentual deve ser equivalente ao percentual correspondente do ICMS, acrescido dos percentuais devidos em função da anexação da extinta Faenquil (0,07%), da criação da FCA/Unicamp em Limeira (0,05%) e da expansão da Unesp (0,13%), com a abertura das unidades de Itapeva, Sorocaba, Ourinhos, Registro, Tupã, Rosana e Dracena.

b) Transparência na gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários das universidades e do Centro Paula Souza.

Hospitais Universitários

a) Aprimoramento do caráter público dos Hospitais Universitários, com reversão de toda forma de privatização (autarquização/OS) e apropriação privada de sua capacidade instalada e administrativa, com financiamento público adequado para seu funcionamento e melhoria do atendimento à população, reconhecendo sua importância para a manutenção da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão.

b) Jornada de 30 horas para os funcionários da área da saúde (que trabalham diretamente no atendimento à população).

Centro Paula Souza

Manutenção do vínculo e associação do Centro Paula Souza à Unesp.

Governo do Estado não cumpre LDO e deixa de repassar R\$ 207 milhões às universidades em 2011

Cruesp não só sabia como concorda com o prejuízo. E você, o que acha disso?

O Fórum das Seis fez um levantamento junto ao Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária do Estado (SIGEO) e confirmou uma desconfiança que rondava as entidades sindicais das universidades há algum tempo: o governo estadual não vem cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que garante o repasse de 9,57% dos recursos obtidos com a arrecadação do ICMS para a USP, Unesp e Unicamp. Os dados mostram que as universidades não receberam o percentual sobre cerca de R\$ 1.422,2 milhão, valor correspondente a impostos recebidos em atrasos e suas respectivas multas e juros de mora, e sobre aproximadamente R\$ 741,1 milhões, referentes ao repasse para Habitação, sistematicamente subtraído antes do cálculo dos 9,57%.

Ou seja, as universidades públicas paulistas deixaram de receber, no ano passado, um total de R\$ 207 milhões (R\$ 108,8 milhões no caso da USP, R\$ 50,7 milhões no caso da Unesp e R\$ 47,5 milhões no caso da Unicamp). É dinheiro que

deveria ser repassado à educação superior pública paulista, por força de lei, e que o governo Alckmin destinou para outros fins.

Cruesp sabia

O Fórum das Seis enviou ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Paulistas (Cruesp), datado de 13/2/2012, lembrando sua obrigação de “cobrar do governo do Estado o repasse imediato desses valores”, de modo a cumprir o que determinou a LDO. O Fórum solicitou, ainda, o agendamento de reunião com o Cruesp para tratar especificamente desta questão.

A resposta dos reitores surpreendeu o Fórum. O Cruesp não só sabia do desvio de recursos destinados às universidades, como concorda e justifica o fato.

Um dos trechos do Ofício 4/2012, enviado pelo Cruesp ao Fórum em 22/2, diz:

“(…) Os dados divulgados pela Secretaria da Fazenda no Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO são rotineiramente acompanhadas pelas Assessorias Técnicas das Uni-

versidades, não havendo divergências de entendimento quanto aos valores repassados mensal e anualmente, em função do estabelecido no Artigo 4º §1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.489, de 21 de julho de 2011).”

No entender do Fórum das Seis, o artigo 4º da LDO não limita as rubricas associadas ao ICMS, que devem ser repassadas às Universidades. Se na divisão do ICMS entre estado e municípios, estes recebem 25% de todas as rubricas associadas ao ICMS (como, por exemplo, multas e juros de mora), por que o mesmo não se aplica às Universidades? Qual é a lógica adotada pelo Cruesp para aceitar a diferença no tratamento dado aos municípios e às Universidades? Se o Cruesp está disposto a abrir mão dessa parcela da receita, o Fórum das Seis não tem a mesma posição.

E você, aceita que o governo continue retirando recursos das universidades públicas, com a concordância de seus dirigentes?